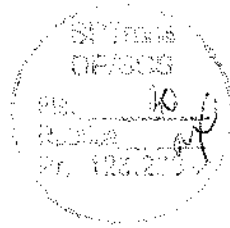


TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



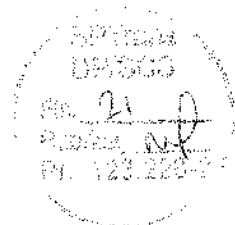


LEIS : 11.638/07 E 11.941/09

TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA. RUA JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, 148 CEP 04361-000 SÃO PAULO CNPJ: 61.380.101/0001-20	LIVRO DIÁRIO	LIVRO
		FOLHA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

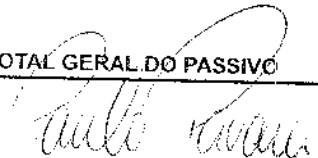
ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	
BENS NUMERÁRIOS	638.057,79
BANCOS	6.345,93
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.955.734,27
CONTAS A RECEBER	1.880.903,50
ESTOQUES	1.135.078,69
ADIANTAMENTOS	183.672,19
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	129.601,02
OUTROS VALORES REALIZÁVEIS	12.065.896,37
Total Ativo Circulante	27.995.289,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo	
EMPRESAS COLIGADAS, CONTROLADAS E PARTES RELACIONADAS	1.330.554,19
OUTROS VALORES REALIZÁVEIS	220.500,00
Total Realizável a Longo Prazo	1.551.054,19
Imobilizado	
IMOBILIZADO - VALOR HISTÓRICO	87.778.985,86
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-42.858.595,16
Total Imobilizado	44.920.390,70
Total Ativo Não Circulante	46.471.454,89
TOTAL GERAL DO ATIVO	74.466.744,65

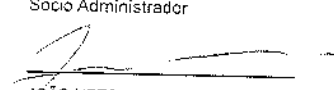


TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA. RUA JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, 148 CEP 04361-000 SÃO PAULO CNPJ: 61.380.101/0001-20	LIVRO DIÁRIO	LIVRO
		FOLHA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	
FORNECEDORES	-1.597.840,87
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	-17.229.958,35
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	-122.044,10
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS	-9.406.942,11
OUTRAS CONTAS A PAGAR	-5.027.005,19
Total Passivo Circulante	-33.383.790,62
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS	-12.607.017,60
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	-2.829.206,24
OUTRAS CONTAS A PAGAR	-746.054,26
Total Passivo Não Circulante	-16.182.278,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CAPITAL SOCIAL	-8.400.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	-6.082.482,34
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-3.076.440,32
RESULTADOS ACUMULADOS (I + II)	-7.341.753,27
I) RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-10.217.947,66
II) RESULTADO DO EXERCÍCIO CORRENTE	2.876.194,39
Total Patrimônio Líquido	-24.900.675,93
TOTAL GERAL DO PASSIVO	-74.466.744,65


PAULO EDUARDO ZAMPOL PAVANI
Sócio Administrador


JOÃO NETO PINTO DE ALMEIDA
Contador CRC-1SP148140/O-9



TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA RUA JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, 148 CEP 04361-000 SÃO PAULO CNPJ: 61.380.101/0001-20	LIVRO DIÁRIO	LIVRO
		FOLHA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	<u>DO TRIM</u>	<u>ACUM. DO EXERCÍCIO</u>
RECEITA DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	-29.012.500,69	-125.806.297,55
CUTROS IMPOSTOS E DEDUÇÕES DIVERSAS	299.411,26	5.399.433,02
Total das Deduções da Receita Bruta	299.411,26	5.399.433,02
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-28.713.089,43	-120.406.864,53
CUSTO DE TRÁFEGO-SISTEMA ONIBUS	22.737.265,21	90.190.361,03
CUSTO DE FISCALIZAÇÃO-SISTEMA ONIBUS	731.473,87	2.881.286,73
CUSTO DE MANUTENÇÃO-SISTEMA ONIBUS	4.775.897,48	18.312.277,59
Custo dos Serviços Prestados	28.244.636,56	111.383.925,35
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-468.452,87	-9.022.939,18
DESPESAS ADMINISTRATIVAS-SISTEMA ONIBUS	2.865.002,92	10.624.234,18
RECEITAS FINANCEIRAS	-210.293,71	-1.137.597,88
DESPESAS FINANCEIRAS	648.340,75	2.716.485,15
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	2.834.597,09	3.180.182,27
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-91.000,00	-320.705,64
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	16.717,76	16.717,76
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR / CONTRIB. SOCIAL	2.760.314,85	2.876.194,39
IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IR	2.760.314,85	2.876.194,39
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO MES / ACUMULADO DO ANO	2.760.314,85	2.876.194,39

Paulo Eduardo Zampol Pavani

PAULO EDUARDO ZAMPOL PAVANI
Sócio Administrador

Jão Neto Pinto de Almeida

JÃO NETO PINTO DE ALMEIDA
Contador - CRC-1SP145140/O-5

TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA
CNPJ: 61.380.101/0001-20



ÍNDICES APURADOS S/BALANÇO DE 31/12/2017

ÍNDICES ELEITOS	ÍNDICES APURADOS	ÍNDICES EXIGIDOS
ILC: ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE = $AC / PC > OU = 0,70$	0,84	0,70
ILG: ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL = $AC+RLP / PC+ELP > OU = 0,70$	0,60	0,70
ILS: ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA = $AC-EST-DES / PC > OU = 0,56$	0,80	0,56
QS: QUOCIENTE DE SOLVÊNCIA = $AT / (PT - PL) > OU = 1,40$	1,50	1,40
GCT: GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS = $PL / (PT-PL) > = 0,70$	0,50	0,70

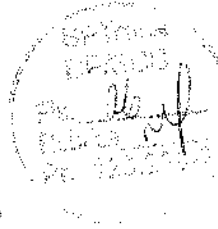
Conforme exposto damos cumprimento ao Edital de Licitação - Subitem 8.5.4 e 8.5.4.1 - 8.5.4.2 ;

PAULO EDUARDO ZAMPOL PAVANI
SÓCIO ADMINISTRADOR

JÓÃO NETO PINTO DE ALMEIDA
CONTADOR CRC-1SP148140/O-9



Auditoria & Consultoria



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores da
TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos "a)" e "b)" descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

a) A companhia registrou valor referente à contingência ativa no valor de R\$ 12.066mil. Isso se deu por entender ser valor transitado e julgado. Como, as práticas contábeis adotadas no Brasil preveem o registro de contingências ativas apenas em casos considerados praticamente certos e, portanto transitados em julgado, esta entende ser este o caso. O que segue apresentado na nota explicativa nº 8.

b) Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, a companhia questiona na esfera administrativa da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda nacional, a extinção de obrigações fiscais por entender terem sido quitados na forma da lei. As chances de reconhecimento da extinção da dívida são boas, ressaltando que o escopo de nossos trabalhos foi limitado a estas informações não sendo possível, portanto, estabelecer melhor análise com relação ao passivo registrado no valor de R\$ 746 mil em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase: Tributação de receita oriunda de contingência ativa. Conforme nota explicativa número 8, onde faz menção a contingência ativa recebida em anos anteriores e baseando-se em parecer jurídico externo, a empresa entende tratar-se de ressarcimento indenizatório e, portanto, não passível de tributação ou contribuição.



Ênfase: Conforme apresentado na nota explicativa nº 14, a companhia questiona na esfera administrativa da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda nacional, a extinção de obrigações fiscais por entender terem sido quitados na forma da lei. Segundo a posição dos assessores jurídicos responsáveis pelo processo administrativo em questão, as chances de reconhecimento da extinção da dívida são boas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

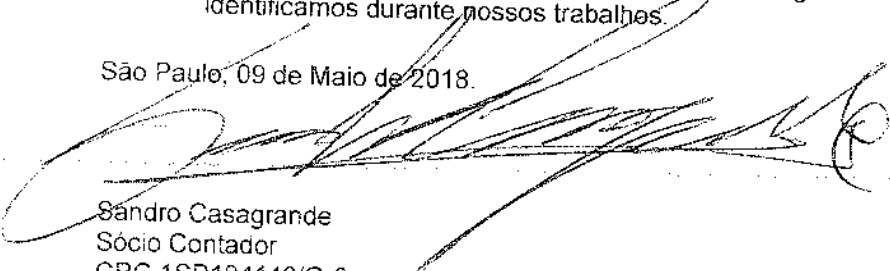
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

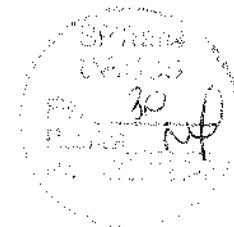
São Paulo, 09 de Maio de 2018.



Sandro Casagrande
Sócio Contador
CRC 1SP194140/O-9
BC Control Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP022159/O-0

QUADRO 1
 TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATINGA LTDA.
 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO	Nota	2017	2016
Caixa e Bancos	4	644	692	Fornecedores		1.598	1.666
Aplicações financeiras	5	11.956	12.370	Obrigações Trabalhistas e Sociais	11	2.730	2.513
Contas a Receber	6	1.881	7.925	Provisão de Férias e Encargos Sociais	12	6.677	6.080
Estoques	7	1.135	1.492	Empréstimos e Financiamentos - CP	13	17.230	15.965
Adiantamentos		494	242	Impostos e Taxas		122	100
Impostos e contribuições a recuperar		130	175	Contingências	16	2.269	1.327
Outros valores realizáveis	8	12.066	12.066	Outras contas a Pagar	17	2.758	8.866
TOTAL CIRCULANTE		27.995	34.962	TOTAL CIRCULANTE		33.384	35.617
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo				Empréstimos e Financiamentos - LP	13	12.607	7.241
Créditos com Partes Relacionadas	9	1.331	803	Parcelamento de Tributos - INSS	14	2.829	2.829
Depósitos Judiciais		221	221	Parcelamento de Tributos - PIS	15	746	1.688
Imobilizado				TOTAL NÃO CIRCULANTE		16.182	11.758
Custo		87.779	79.461	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.901	29.315
Depreciação e Amortizações		(42.859)	(38.758)	Capital Social		8.400	8.400
	10	44.920	40.703	Adiant. p/ futuro aumento de Capital	18	3.430	3.430
TOTAL NÃO CIRCULANTE		46.471	41.727	Reserva de Lucros		9.994	12.870
TOTAL DO ATIVO		74.467	76.689	Ajuste de Avaliação Patrimonial		3.077	4.615
				TOTAL DO PASSIVO		74.467	76.689



QUADRO 2
TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA.
Demonstração do Resultado em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita Operacional Líquida	19	120.407	113.094
(-) Custos Operacionais	20	(111.384)	(103.614)
(=) Lucro Bruto		9.023	9.480
(-) Despesas Operacionais		(11.899)	(9.448)
Despesas Gerais e Administrativas		(10.624)	(10.651)
Resultado Financeiro Líquido		304	(383)
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(1.579)	1.586
(+/-) Lucro/(prej) antes dos impostos		(2.876)	32
(-) Imposto de Renda e CSSL			(25)
(+/-) Lucro/(prej) depois dos impostos		(2.876)	7
(-) Participação no resultado			(1.529)
(=) Lucro Líquido do Período		(2.876)	(1.522)

QUADRO 3

TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA.
Demonstração das Mutações do patrimônio líquido
(em milhares de Reais)

Descrição	Capital social	Reserva de Lucros	Adiant. p/ futuro aumento capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prej. Acum.	Total
Saldos em 31/12/2015	8.400	11.774	6.048	6.153	-	32.375
Destinação do resultado do exercício						
Lucro/Prejuízo do exercício		(1.522)			1.522	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.618	(2.618)	(1.538)	(1.522)	(1.522)
Reserva de Lucros						(1.538)
Saldos em 31/12/2016	8.400	12.870	3.430	4.615	-	29.315
Destinação do resultado do exercício						
Lucro/Prejuízo do exercício					(2.876)	(2.876)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		(2.876)		(1.538)		(1.538)
Realização da Reserva de Lucros					2.876	-
Saldos em 31/12/2017	8.400	9.994	3.430	3.077	-	24.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.






QUADRO 4
TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes para conciliar o resultado		
Resultado do exercício	(2.876)	(1.522)
Depreciações e amortizações líquidas	4.101	3.773
	<u>1.224</u>	<u>2.251</u>
Acréscimo (decréscimo) de ativos		
Em valores a receber de clientes	6.044	(5.259)
Em estoques	356	(386)
Em adiantamentos concedidos	58	(56)
Em impostos e contribuições a recuperar	46	38
Outros valores realizáveis		0
Em transações com partes relacionadas	(528)	704
Em depósitos judiciais	1	-
	<u>5.977</u>	<u>(4.959)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Em fornecedores	(68)	338
Em obrigações trabalhistas e sociais	217	262
Em provisão de férias	597	1.094
Em impostos e taxas	22	(2)
Em Provisões	-	8.386
Em parcelamento de tributos - inss não circulante	-	(804)
Em outras obrigações	(6.108)	154
	<u>(5.340)</u>	<u>9.428</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>1.862</u>	<u>6.720</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições para imobilizado, inclusive encargos capitalizados	(8.318)	(9.947)
Adiantamento p/ futuro aumento Capital		
Realização ajuste AV. Patrimonial	(1.537)	(1.538)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>(9.855)</u>	<u>(11.485)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações líquidas de empréstimos e financiamentos	7.531	2.549
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>7.531</u>	<u>2.549</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa	<u>(462)</u>	<u>(2.216)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13.062	15.278
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.600</u>	<u>13.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS
FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016.**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de quotas)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TUPI TRANSPORTES URBANOS PIRATININGA LTDA. tem por objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros na zona urbana da Cidade de São Paulo – podendo para tanto firmar convênios com entidades e autarquias governamentais, entidades particulares e/ou qualquer outra pessoa de direito privado, podendo ainda, em atendimento ao seu objeto social, participar de outras sociedades como acionista ou quotista.

Em 21 de Julho de 2003, a Empresa, através do Consócio Unisul obteve a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros do Subsistema Estrutural da Área 6, concorrência nº 012/2002 – Secretaria Municipal de Transportes – SMT- Contrato de Concessão 706/03. O objeto consiste na concessão da outorga para prestação de serviços de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Subsistema Estrutural da Área 6, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população. O prazo de concessão será de 10 anos, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, mediante prévia justificativa do poder concedente.

Em 16 de outubro de 2017, foi firmado o termo de aditamento nº 19 ao contrato de concessão 706/03, o qual tem como objeto a adequação necessária da remuneração dos serviços ao limite orçamentário municipal.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941 de 27 de Maio de 2009. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

a) Apuração do Resultado

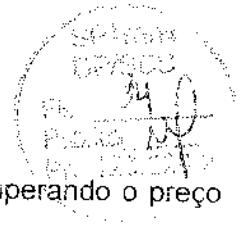
As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

b) Ativos e Passivos

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, conseqüentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes.

c) Contas a Receber

As contas a receber referem-se substancialmente aos créditos de bilhetes a receber na execução normal de suas atividades, pendentes de pagamento pela Secretaria Municipal de Transportes (SP Trans).



d) Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

e) Imobilizado

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu a levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparada análise quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, nem acréscimos a título de valores de mercado.

f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

g) Passivo Circulante e não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

h) Fornecedores

Representados pelos valores corrigidos até a data do balanço, quando aplicável.

i) Empréstimos e Financiamentos Bancários

Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

k) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas

Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC

As demonstrações de Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3.8, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábil, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.



4. CAIXA E BANCOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa - Numerários	638	432
Bancos - Depósitos a vista	6	260
	<u>644</u>	<u>692</u>

Os valores de caixa-numerários correspondem à arrecadação em dinheiro de passageiros, que serão transferidos ao banco via carro forte.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

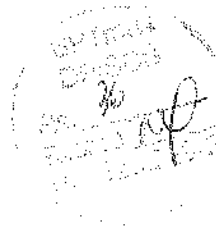
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicação Renda Fixa - Banco Safra	11.091	12.328
Aplicação Renda Fixa - Bradesco	822	-
Aplicação Renda Fixa - Banco do Brasil	43	42
	<u>11.956</u>	<u>12.370</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as aplicações financeiras encontravam-se atreladas a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas correspondentes a 100% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valores em atraso	1.022	3.849
São Paulo Transportes - SP Trans	859	4.076
	<u>1.881</u>	<u>7.925</u>

Devido a problemas orçamentários da administração municipal no exercício de 2016, a São Paulo Transportes aumentou no final do exercício, a quantidade de dias do repasse das tarifas de 10, para 20 dias, o que resultou na inadimplência apresentada nos últimos exercícios e que está sendo liquidada em parcelas conforme contrato firmado.



7. ESTOQUES

Composto conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Peças, Componentes e Acessórios	768	675
Pneus e Material de Rodagem	50	47
Óleos, Graxas e Lubrificantes	37	94
Óleo Diesel	-	293
Outros	280	383
	<u>1.135</u>	<u>1.492</u>

8. OUTROS VALORES REALIZAVEIS

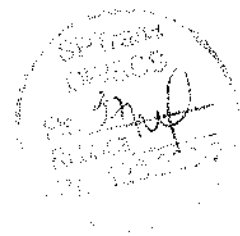
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
São Paulo Transportes	12.066	12.066
	<u>12.066</u>	<u>12.066</u>

Os valores de outras contas a receber refere-se a crédito apurado em ação movida contra a São Paulo Transportes S/A – SPTRANS, processo nº 0428402-38.1998.8.26.0053, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

9. CRÉDITOS COM PARTES RELACIONADAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Piratininga Transportes e Turismo Ltda	1.331	803
	<u>1.331</u>	<u>803</u>

A companhia vem mantendo mútuo a receber com o objetivo financeiro, com a companhia Piratininga Transportes e Turismo Ltda.



10. IMOBILIZADO

<u>CUSTO CORRIGIDO</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSTALACOES	60	60
VEICULOS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	72.688	56.675
VEICULOS - OUTROS	292	391
MAQUINAS E EQUIPTOS (inclui validadores)	2.918	2.917
MOVEIS E UTENSILIOS	18	18
IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO	8.152	9.152
APARELHOS RASTREADORES	574	574
GOODWILL	-	5.059
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	3.076	4.615
Total Custo	87.779	79.461
<u>DEPRECIACÃO ACUMULADA</u>	<u>2015</u>	<u>2015</u>
INSTALACOES	(57)	(52)
VEICULOS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	(39.679)	(35.792)
VEICULOS - OUTROS	(192)	(221)
MAQUINAS E EQUIPTOS (inclui validadores)	(2.433)	(2.169)
MOVEIS E UTENSILIOS	(18)	(18)
APARELHOS RASTREADORES	(480)	(506)
Total Depreciação	(42.859)	(38.758)
Total do Imobilizado	44.920	40.703

A sociedade periodicamente realiza pesquisa de valor de mercado para a valorização da frota por carro e a verificação da necessidade ou não da realização do "impairment".

Em dezembro de 2014, foi registrado o ajuste de avaliação patrimonial à frota de ônibus da empresa no montante de R\$ 7.691, valor que está sendo amortizado em 20% ao ano.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e ordenados	1.523	1.387
INSS a recolher	648	575
FGTS a recolher	419	424
Outros	140	127
	2.730	2.513



12. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de férias	5.706	5.196
INSS/FGTS S/Provisão Férias	971	884
	<u>6.677</u>	<u>6.080</u>

As provisões de férias e encargos sociais foram contabilizadas de acordo com o período aquisitivo de cada funcionário.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Finame - Safra	12.792	8.227
Finame - Mercedes Benz	12.395	5.189
Empréstimo - Luso Brasileiro	2.133	4.693
Empréstimo - Santander	2.109	3.958
Finame - Bradesco	204	239
Finame - CNH	204	
<u>Total</u>	<u>29.837</u>	<u>22.306</u>
<u>Curto Prazo</u>	<u>17.230</u>	<u>15.065</u>
<u>Longo Prazo</u>	<u>12.607</u>	<u>7.241</u>

O saldo de Empréstimos e Financiamentos está representado por contratos de Finame para aquisição de nova frota de ônibus, sendo R\$ 17.230 em curto prazo, com vencimentos até 31/12/2018 e R\$12.607 em longo prazo de 01/01/2019 a 15/12/2022 com taxas de juros de 2% ao ano mais a variação da TJLP.

14. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS - INSS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Refis/Paes/Lei 11.941/2009 - LP	2.829	2.829
	<u>2.829</u>	<u>2.829</u>

A adesão ao parcelamento especial Lei 11.941 de 2009 refere-se a débitos do Refis e Paes, consolidados junto a Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 10.108 em 2014. Em 2016 foram liquidadas parcelas de curto prazo, figurando no passivo não circulante o montante de R\$ 2.829 a vencer em longo prazo.

Em dezembro de 2014, com o advento da Medida Provisória nº 651/2014, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/2014, a empresa, buscando regularizar de imediato sua situação fiscal, resolveu aproveitar para quitar integralmente o saldo devedor de seu débito parcelado, utilizando como parte de pagamento o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da CSL acumulados até 31/12/2013, todavia, o provisionamento de longo prazo foi mantido até o desfecho do referido processo administrativo em trâmite na PGFN.

15. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS - PIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS processo tributário 9700260399	746	1.688
	<u>746</u>	<u>1.688</u>

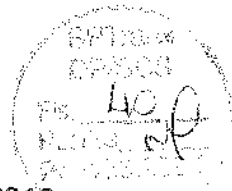
Provisão para Pis e Cofins incidentes sobre receitas extraordinárias de exercícios anteriores.

16. CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações é quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais nos quais a entidade é parte passiva estão assim demonstrados:

Saldo 31/12/2016	Aumento processo	Aumento processo cível	Baixas/ pagamentos	Baixa depósitos judiciais	Saldo 31/12/2017
1.327	942				2.269



17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para perdas com recebíveis	2.200	8.386
Outros Valores de Funcionários	475	403
Aluguel e Condomínio a Pagar	84	77
	<u>2.758</u>	<u>8.866</u>

Redução da provisão para perdas com recebíveis em função do acordo parcelado com a São Paulo Transportes, baixados conforme recebimentos mensais.

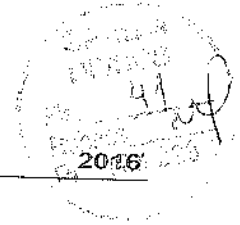
18. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social em 31 de Dezembro de 2017 estava representado por 8.400 (Oito milhões e quatrocentos mil) quotas, totalmente integralizado, ao valor unitário de R\$ 1,00 totalizando R\$ 8.400 (Oito milhões e quatrocentos mil reais).

19. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em Janeiro de 2015 a empresa aderiu a Lei nº. 12.715/2012, que substituiu a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a receita bruta das empresas de Prestação de Serviços Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mas precisamente em Maio/2015, o Governo publicou a MP 617/13, que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviços de Transporte Coletivos de Passageiros.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	<u>125.806</u>	<u>118.577</u>
Receita Municipal	125.806	118.577
<u>(-) Deduções da Receita Bruta</u>	<u>(5.399)</u>	<u>(5.483)</u>
Impostos	(5.399)	(5.483)
Receita Operacional Líquida	<u>120.407</u>	<u>113.094</u>



20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo Tráfego	90.190	87.389
Custo Fiscalização	2.881	2.994
Custo Manutenção	18.312	13.231
Custos Operacionais	<u><u>111.384</u></u>	<u><u>103.614</u></u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Financiamentos junto aos Bancos Mercedes-Benz, Bradesco e Safra.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a taxas prefixadas e são contratados em Curto e Longo Prazos.

Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito.

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são basicamente Aplicações financeiras decorrentes de operações em CDB que são atualizados por percentuais da variação do CDI.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 até o momento que possam impactar significativamente aos números apresentados.

* * * *